

A HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS NO LICEU DO CEARÁ: ENTRE ATOS E FATOS – DENÚNCIAS DO PROFESSOR RODOLFO TEÓFILO

ALESSANDRO AUGUSTO DE BARROS FAÇANHA

Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências. afacanha@ufpi.edu.br

RESUMO

Este estudo trata de um recorte histórico da ação política do Governo Accioly, nos primeiros anos do século XIX, no Liceu do Ceará, com base na análise de documentos, regulamentos e atos da reforma educacional daquele governo, com ênfase nas análises do Decreto Benjamin Constant de 1890, do Regulamento de 1905, do Regimento de 1915 e da Reforma de 1922, na intenção de desvelar as condutas despóticas do governo da época em relação à perseguição política encetada ao professor de Ciências Naturais, Rodolfo Teófilo, denunciadas pelo próprio professor na obra intitulada *Violência*, de 1905. Com base na pesquisa bibliográfica, caracteriza o referido acontecimento, a partir de um relato do professor perseguido, o qual retrata ainda a sua iniciativa de defesa, por meio de documentos impetrados contra o governo, bem como a sua indignação diante daquilo que foi intitulada de reforma Aciolina. A partir desse foco é possível observar as intenções e disputas da política local interferindo nos rumos da educação naquele Liceu, por meio de uma ação de consequências certamente desastrosas para o ensino de Ciências, naquela época, a qual se apresenta como uma área incômoda para o poder oligárquico fundado na tradição e contrário ao conhecimento científico moderno.

Palavras-chave: Liceu do Ceará. História da educação. Primeira república.

A HISTORY OF SCIENCE IN LICEU CEARÁ : BETWEEN ACTS AND FACTS – COMPLAINTS OF PROFESSOR RODOLFO TEÓFILO

ABSTRACT

This study focuses on a historical period of political action Accioly Government in the early years of the nineteenth century , the Liceu of Ceará, based on analysis of documents , acts and regulations of the education reform that government, hoping to unveil his despotic conduct from the case of a pursuit initiated to Professor of Natural Sciences of that educational establishment, Rodolfo Teófilo. Features that event, from an account of the persecution teacher, which still portrays its defense initiative, through documents filed against the government, and their indignation at what was titled Aciolina reform . From this focus is possible to observe the intentions and disputes of local politics interfering in the directions of education that Liceu, through an action certainly disastrous consequences for the teaching of science at that time, which presents itself as a troublesome area for oligarchic power founded on tradition and contrary to modern scientific knowledge .

Keywords: Liceu of Ceará. Education history. First republic.

Introdução

Na compreensão do processo educacional, o fato histórico tem uma dimensão muito maior do que simplesmente situar o objeto de estudo temporalmente, a compreensão do fato situado possibilita analisar-se para além dos fatos, pois, como referenda Nagle (1976), permite uma imersão substancial no contexto.

Dessa forma, ao se analisar o contexto educacional na fase de implantação da política republicana brasileira, percebe-se os meandros político-ideológicos que fizeram parte das concepções da educação. Quando essas análises são ecos do discurso de um professor então, adquirem o status, para além da denúncia, de um arquétipo político sobre as formas de se fazer educação ao longo de nossa história, afinal, se hoje, em pleno século XXI, ainda se luta por reconhecimento, meritocracia, valorização e reconhecimento da profissão docente, analisando os fatos históricos na perspectiva do professor, é possível perceber o quanto essas lutas são antigas e o quanto ainda há de ser construído.

Desta forma, este estudo pretende alcançar o objetivo de subsidiar uma reflexão acerca dos memorandos políticos envolvidos nas esferas sociais que refletem sobre o processo educacional. Mais que um artigo, fora escrito no intuito de *contar uma história*, não uma história comum ao passado e que deva ser personificada apenas ao seu protagonista – o Professor Rodolfo Teófilo – ao contrário, uma história viva, com ares de denúncia ou mesmo de uma burlesca crônica policial, na qual se desvelam interesses escusos que se sobrepuseram aos interesses educacionais de uma instituição de extrema importância na educação da época: o Colégio Liceu do Ceará.

Para efeitos de interação com o protagonista, cabe aqui um breve parêntese para apresentação formal de Rodolfo Teófilo.

Nascido em Salvador em 6 de Maio de 1953, Rodolfo Marcos Teófilo, fora, além de escritor literário, intelectual e poeta da era regionalista-naturalista, um higienista com formação em farmácia que dedicou toda uma vida às ciências, com ênfase na pesquisa e controle da varíola, à época em que dirigia uma farmácia no distrito de Pacatuca, no interior cearense. Além disso, destacou-se como catedrático de Química no Liceu do Ceará, onde além de professor, atuava politicamente na formação de seus alunos, contestando a política despótica da época. Depois de uma vida de epopeia em relação ao ensino das ciências, ao higienismo e a literatura, faleceu em 1932 na cidade de Fortaleza.

Este artigo, portanto, apesar da aproximação ao coloquial, traz a tona um substrato importante da historiografia da educação brasileira, uma vez que, a partir da exposição de registros e fatos temporais aproximar o leitor dos meandros político-educacionais do início da república brasileira, um período de intensas reformulações e tentativas de reformas educacionais.

Para tanto tem como cenário o Decreto de Benjamim Constant, datado de 8 de Novembro de 1890, a partir do qual se analisam as concepções da educação formal para o

ensino secundário da época, situando tais concepções no interior da política cearense da época, a qual era regida quase que ditatorialmente por Nogueira Accioly, e, por conseguinte, desnuda toda a esfera de despotismo que envolveu sua administração em relação aos efeitos nocivos gerados na carreira docente do professor Rodolfo Teófilo.

Este por sinal assume o protagonismo desta narrativa, tanto pelo tom de denúncia com o qual provocou seu desafeto político, como pela natureza provocativa e revolucionária com que tratava as questões sociais, políticas e educacionais da época.

Desta feita, dada sua singularidade e perspectiva revolucionária de suas ações, Rodolfo Teófilo é para a historiografia da educação e da política como um terreno fértil, uma vez que as multifacetadas de sua personalidade o enquadram, como propõe Sombra (1993) e Lira Neto (1999), como um cidadão ímpar nas diversas lutas sociais e sanitárias, tendo para além da literatura, uma vida atuante enquanto cidadão político.

É conhecida a atuação de Rodolfo Teófilo como benemérito e cidadão cearense nos períodos finais do século XIX e iniciais do século XX, sobretudo em seu envolvimento nas lutas abolicionistas, contra as epidemias, nas denúncias aos descasos governamentais e na sua cruzada pela vacinação da população cearense contra a varíola. A vida de Teófilo é considerada por vários historiadores como uma constante militância contra os abusos do poder constituído e em defesa do que poderíamos chamar de cidadania. (SOMBRA, 1997)

[...] sua biografia é explicada por sua personalidade altruísta, abnegada e humanitária, ou mesmo pela figura do farmacêutico, homem ligado aos saberes higienistas e representante típico de setores médios emergentes na capital cearense (LIRA NETO, 1999).

Dessa maneira, recorrendo ao recurso da narrativa histórica e da metodologia da análise documental, pois conforme, explicita Pimentel (2001), garante a contextualização sócio histórica do fato, possibilitando análises e conjecturas amplas no relato narrativo, analisou-se documentos da época, atos e decretos legislativos que regeram a educação no período do início da república, além da obra literária que denuncia o processo de perseguição política desenhada por parte do poder público contra o protagonista em questão.

Nas secções que seguem são delineadas as condições sócio históricas do período a fim de estabelecer um itinerário factual das ações e dessa maneira, possibilitar o entendimento tanto cronológico como processual da história desenrolada.

Faz-se um resgate político geral e engendra-se em seguida pelo cenário local do estado do Ceará, mais precisamente no colégio Liceu do Ceará, permitindo para além da confecção acadêmica, a possibilidade de uma narrativa romanesca e literária de um mo-

mento histórico ímpar e superlativo para a compreensão de um momento importante da historiografia da educação brasileira.

Enquanto natureza metodológica, apesar da tentativa de uma escrita coloquial e romanesca, realizou levantamentos bibliográficos e o resgate histórico de documentos oficiais da época. A fim de contextualização política e temporal, elegeu-se como norteador político institucional, o Decreto Benjamin Constant de 1890, o Regulamento de 1905, o Regimento de 1915 e os aspectos da Reforma educacional de 1922.

Tais referenciais conferem o mote histórico e político da época, pois denotam as concepções e paradigmas educacionais vigentes, os quais congregam, do ponto de vista pedagógico, as influências enciclopedistas de uma educação formal e mantenedora de um *status quo* elitista, sob o viés de uma formação eclética e rigorosa em relação aos conteúdos.

A fim de realizar um contraponto e demonstrar as contradições e meandros políticos, mergulha nas denúncias do professor Rodolfo Teófilo, a partir de sua obra intitulada *Violência*, de 1905, a qual, em tom provocativo e reflexivo, traz as análises e as entrelinhas das intersecções entre a política, o ensino e a educação da época.

Ideais republicanos e paradigmas educacionais de uma formação integral: Neste cenário surge o Liceu do Ceará

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 1969)

Nesta perspectiva, a compreensão do contexto histórico-temporal não apenas enriquece o entendimento de um fato no momento situado, como colabora para a tessitura do raciocínio crítico e analítico sobre as questões contemporâneas.

Este artigo faz um recorte de um momento histórico brasileiro bastante peculiar – o contexto educacional e político do início do século XIX – como retrata Nagle (1974), um período marcado pela passagem do sistema agrário-comercial para o sistema urbano - industrial, caracterizado pelo rompimento dos alicerces da sociedade estamental, o que fez surgir à estrutura de uma sociedade de classes em um período de transição político ideológica.

Este cenário é caracterizado por uma nova fase política e econômica. Com estas transformações são introduzidos novos padrões de pensamento e novas regras de conduta que tendem a atingir o coletivo. Para se entender a escola da época, é necessário considerar esta fase de abertura da sociedade daquele tempo. A

sociedade brasileira é marcada por movimentos que tendem a provocar alterações de base e a retomada dos princípios do liberalismo. Estas tendências liberais se apresentaram com força, se apoiando em dois elementos: representação e justiça (NAGLE, 1974).

Dessa forma, os primeiros anos da república brasileira refletem um período onde a sede pela transformação se fazia presente nas ideias e nos atos políticos. Estratégias de europeização e de modernização das instituições tomavam conta das pessoas que detiam o poder.

No campo da educação materializavam-se documentos, atos, decretos e iniciativas de reforma, tanto em nível local, nos estados como em iniciativas da própria nação. O decreto Benjamin Constant de 1890, o Regulamento de 1905, o Regimento de 1915 e a Reforma de 1922, entre outros fatos são exemplos que representam o pensar político sobre a educação da época.

Destacando-se o Decreto de Benjamin Constant, como o faz Carvalho (2012), tais reformas (1890-92) estavam imbuídas, mais do que pelas doutrinas pedagógicas e filosóficas, pelo positivismo comtista, constituindo um exemplo eloquente das possibilidades de ruptura da Igreja e do Estado, iniciando-se assim, dentro dos quadros do descentralismo federativo e através de sucessivas reformas, o processo de organização do sistema escolar brasileiro.

Do texto original vale ressaltar a amplitude curricular e o destaque enciclopedista da formação geral do homem. Especificamente em relação aos conteúdos voltados às ciências, objeto da trama histórica deste estudo, seguia-se a mesma perspectiva, uma amplitude de formação conceitual e, além das disciplinas tradicionais – química, física e biologia – incluíam-se noções de astronomia, geologia, mineralogia, entre outras, com carga horária intensa e compatível com as demais disciplinas de um currículo tradicional, conforme é possível observar no Quadro 1, o qual expõe o modelo formativo do denominado curso integral, previsto para sete anos:

Quadro 1 – Formatação curricular para a formação do curso integral a partir do Decreto Lei de 1890

Art. 30. As materias do curso integral serão distribuidas pelos sete annos pela fórma seguinte:		
PRIMEIRO ANNO		
Disciplina	Conteúdo	Carga horária semanal
1ª cadeira	Arithmetica (estudo completo). Algebra elemental (estudo completo)	6 horas

2ª cadeira	Portuguez. Estudo completo da grammatica expositiva. Exercicios de redacção (com auxilio ministrado pelo lente)	3 horas
3ª cadeira	Francez. Grammatica elementar; leitura e traducção de autores faceis. Versão de trechos simples de prosa. Exercicios de conversação	3 horas
4ª cadeira	Latim. Grammatica elementar; leitura e traducção de trechos fáceis	3 horas
5ª cadeira	Geographia physica, especialmente do Brazil; exercicios cartographicos. Noções concretas de astronomia	3 horas
Desenho, gymnastica e musica: 2 horas para cada materia.		
SEGUNDO ANNO		
Disciplina	Conteúdo	Carga horária semanal
1ª cadeira	Geometria preliminar. Trigonometria rectilinea. Geometria especial (estudo perfunctorio das secções conicas, da conchoide, da cissoide, da limaçon de Pascal e da espiral de Archimedes)	6 horas
2ª cadeira	Portuguez. Grammatica historica. Exercicios de composição	3 horas
3ª cadeira	Francez. Revisão da grammatica elementar: leitura e traducção de autores gradualmente mais difficeis. Exercicios de versão e conversação	3 horas
4ª cadeira	Latim. Revisão da grammatica, traducção de prosadores gradualmente mais difficeis	3 horas
5ª cadeira	Geographia politica e economica, especialmente do Brazil. Exercicios cartographicos. Estudo complementar da astronomia concreta	3 horas
Desenho, gymnastica e musica: 2 horas para cada matéria		
TERCEIRO ANNO		
Disciplina	Conteúdo	Carga horária semanal

1ª cadeira	Geometria geral e o seu complemento algebrico. Calculo differencial e integral, limitado ao conhecimento das theorias rigorosamente indispensaveis ao estudo da mecanica geral propriamente dita	6 horas
2ª cadeira	Geometria descriptiva. Theoria das sombras e perspectiva. Trabalhos graphicos correspondentes	3 horas
3ª cadeira	Francez. Grammatica complementar. Traducção de autores mais difficeis. Exercicios de versão e conversação (estudo completo)	2 horas
4ª cadeira	Latim. Traducção de autores gradualmente mais difficeis (estudo completo)	2 horas
5ª cadeira	Inglez ou alemão. Grammatica elementar; leitura, traducção e versão facil. Exercicios de conversação	3 horas
Desenho, gymnastica e musica: 2 horas para cada matéria Revisão: Portuguez, geographia 1 hora por semana.		
QUARTO ANNO		
Disciplina	Conteúdo	Carga horária semanal
1ª cadeira	Mecanica e astronomia: 1º periodo: Mecanica geral, limitada ás theorias geraes de equilibrio e movimento dos solidos invariaveis e precedida das noções rigorosamente indispensaveis do calculo das variações. 2º periodo: Astronomia, precedida da trigonometria espherica: geometria celeste e noções succintas de mecanica celeste (gravitação universal)	6 horas
2ª cadeira	Inglez ou allemão. Revisão da grammatica; leitura e traducção de prosadores faceis. Exercicios graduados de versão e conversação	3 horas
3ª cadeira	Grego. Grammatica elementar; leitura e traducção de autores faceis: 3 horas.	2 horas para cada materia

	Desenho, gymnastica e musica	
Revisão: Calculo e geometria, portuguez, francez, latim e geographia 1 hora por semana para cada matéria		
QUINTO ANNO		
Disciplina	Conteúdo	Carga horária semanal
1ª cadeira	Physica geral e chimica geral	6 horas
2ª cadeira	Inglez ou allemão. Leitura e traducção de autores mais difficeis. Exercicios de versão e conversação (estudo completo)	3 horas
3ª cadeira	Grego. Revisão da grammatica; leitura e traducção de prosadores gradualmente mais difficeis	3 horas
Desenho, gymnastica e musica: 2 horas para cada materia. Revisão: Calculo e geometria, mecanica e astronomia, geographia, portuguez, francez e latim: 1 hora por semana para cada materia)		
SEXTO ANNO		
Disciplina	Conteúdo	Carga horária semanal
1ª cadeira	Biologia 1º periodo: biologia (estudo abstracto); 2º periodo: noções de zoologia e botanica (estudo concreto)	6 horas
2ª cadeira	Meteorologia, mineralogia e geologia (noções)	3 horas
3ª cadeira	Historia universal (estudo concreto)	5 horas
Desenho e gymnastica: 1 hora para cada materia. Revisão: Calculo e geometria, mecanica e astronomia, physica e chimica, francez, latim, inglez ou allemão, grego e geographia: 1 hora por semana para cada materia.		
SETIMO ANNO		
Disciplina	Conteúdo	Carga horária semanal
1ª cadeira	Sociologia e moral. Noções de direito patrio e de economia política	6 horas
2ª cadeira	Historia do Brazil	3 horas
3ª cadeira	Historia da litteratura nacional	3 horas

Gymnastica: 1 hora.

Revisão: Calculo e geometria, mecanica e astronomia, physica e chimica, biologia, meteorologia, mineralogia e geologia, historia universal, geographia, francez, inglez ou allemão, latim e grego: 1 hora por semana para cada matéria.

Fonte: Adaptado pelo autor do *Decreto nº 891 de 8 de Novembro de 1890*.

Focando o olhar na micro história, mais precisamente no estado do Ceará, percebe-se que a tônica curricular, bem como o paradigma educacional seguia a mesma realidade. Como retratam os registros históricos da educação cearense, a percepção ampla da formação era incorporada nas escolas, com destaque para o Liceu do Ceará:

O Ensino Secundário no Ceará organizou-se com o objetivo de unir em um só edifício, as cadeiras que haviam na capital, conforme nos afirma a Lei Geral de 1831 que outorgava a criação de cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Francês, Geometria e Retórica. A Instrução Secundária no Ceará iniciou-se com a criação do Liceu em 1845, congregando as cadeiras espalhadas pelo interior. A Educação ofertada à juventude cearense no ensino secundário era pautada nos modelos de outras províncias, e objetivava a preparação dos jovens baseada no modelo clássico, desvinculada com as necessidades práticas da sociedade, e de incentivo ao cultivo do ócio. A formação do ser brasileiro era tema recorrente na época, e, portanto, o currículo escolar visava a formação do homem exigido pela sociedade (GIRÃO, 1984).

O Liceu do Ceará – criado conforme a Lei n. 304, de 15 de Julho de 1884 – era uma instituição vanguardista para sua época, uma vez que conjugava em seu currículo aspectos de uma formação generalista, primando, porém, para a incorporação de um conhecimento conceitual amplo e profundo, dado rigor com que com eram escolhidos e nomeados seus docentes.

Os escritos de Castelo (1970) registram que o Liceu só teria em a sua congregação de docentes, professores que regessem as cadeiras mencionadas, de acordo com um estatuto, o qual deliberava tanto a respeito do método de ensino, quanto à política e bom regime das aulas. Desta forma, para os chamados *lentes*, era estabelecido um normativo de conduta peculiar ao que se entendia como um padrão de excelência para a época.

Não por menos, constam nos registros de seu corpo docente um rol de personalidades, autoridades e indivíduos de notório saber e de comportamento ilibado, os quais compunham uma elite intelectual, dentre os quais, no início de sua formação era composto por eclesiásticos, médicos e pessoas da área do Direito, valendo destacar que no quadro inicial de lentes liceistas,

O ilustre Padre Severino Duarte veio reger a cadeira de Latim; o médico José Lourenço de Castro e Silva, já muito reputado, a de Francês; Gonçalo de Almeida Souto, posteriormente graduado em Direito, a de Inglês; o Dr. Joaquim Saldanha Marinho, a de geometria; o bacharel Manuel Teófilo Gaspar de

Oliveira, a de Retórica e Poesia; Manuel José de Albuquerque, jornalista e professor, a de Filosofia. A de Geografia e História coube ao próprio diretor que, achando falho o travejamento técnico do educandário nos moldes da legislação que o criou, eruditamente traçou a respectiva reforma adaptando-o ao modelo adequado. (GIRÃO, 1962)

Dentre esses lentes históricos, destaca-se o protagonista deste estudo. O professor da cadeira de Ciências Naturais – Rodolfo Teófilo – um cidadão instigante dada sua afeição às causas populares e algumas de suas peculiaridades relativas a sua personalidade imponente e a entrega as causas do higienismo, do sanitarismo, da saúde pública e do ensino das ciências. Não fosse o período no qual suas empreitadas ocorreram, não haveria maiores justificativas para este estudo, entretanto, nosso lente protagonizou ações superlativas em oposição a uma das maiores oligarquias cearenses – o Governo Aciolino – por conta dessa intersecção histórica, surge o objeto deste artigo, o qual desvela a partir de uma investigação histórico-romanesca, com ares de uma narrativa policial, uma perseguição política no cenário do Liceu do Ceará ocorrida no início de século XX. Dentre as consequências, está a demissão de um catedrático, o descaso com o ensino das ciências naturais em um local de excelência pedagógica e o abuso de poder, configurando um marco político despótico quando o cenário deveria ser de construção de um pensamento republicano.

Porém, para a compreensão mais apurada deste imbróglio histórico, faz-se necessário um resgate temporal de alguns personagens e contextos sociopolíticos, a partir daqui, a narrativa ganha um tom mais coloquial e burlesco, afinal, a metodologia desta incursão envolve além da pesquisa em registros históricos, como jornais, decretos e atos políticos, a própria obra de Rodolfo Teófilo como referência, através da análise de sua publicação intitulada *Violência*, na qual o tom de denúncia contra o governo Aciolino ganha mais contundência e apelo de uma investigação aos moldes da crônica narrativa policial.

Primeiros anos da República no Ceará: Despotismo e perseguições nos tempos áureos do Liceu Cearense – O contexto do professor de Ciências

No início do Brasil Republicano, como destaca Farias (1997), o Ceará vivia um cenário político conturbado de perpetuação da oligarquia Aciolina, quando Nogueira Accioly, empossado presidente entre os anos de 1896 à 1900, é sucedido por Pedro Borges, de 1900 à 1904, e retorna à presidência, no período de 1904 à 1912, configurando assim um domínio oligárquico no Ceará.

Tal período é retratado pelos historiadores como um tempo onde o Ceará era governado com mão de ferro e muitos dos interesses do estado eram subjugados aos

interesses da própria oligarquia Aciolina, sendo vários os registros de atos ilícitos e de despotismo envolvendo aquele governo.

No campo educacional da época, o Liceu do Ceará representava o grande ícone da instrução estatal, criado em 1884, nos moldes do então centro de referência educacional, o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, nasce para ser a escola de formação da elite cearense.

Era incontestável a referência ao Liceu como *locus* da classe pensante e dos melhores lentes de cada disciplina. Em meio a esses catedráticos estava Rodolfo Teófilo, professor de Ciências Naturais, notável figura no cenário social da capital cearense promotor de ciência, cultura e atos higienistas.

Abrindo um parêntese para situar o leitor em relação ao personagem em questão, Rodolfo Teófilo é uma daquelas personalidades plurais em suas ações e de tamanha singularidade que é possível afirmar que ao invés de uma biografia, como destaca Sombra (1997), Rodolfo é detentor de várias biografias em torno de uma história de vida, sendo possível dividi-la, assim como no teatro, em atos: literário, político e social.

Para o mérito de nosso estudo iremos pormenorizar as questões literárias que envolvem seu nome para concentrar-nos na figura política e social de Rodolfo Teófilo. Baiano de nascimento e cearense de renascimento – segundo seu próprio relato em um livro de memórias dizia “ser cearense porque queria” – Rodolfo era farmacêutico, o que influenciou sua cruzada insólita durante o governo acciolino, de erradicar a varíola nas terras cearenses. Apesar das dificuldades, da resistência do povo e da falta de estrutura, montado em um cavalo conseguiu contabilizar quase duas mil imunizações!

Esta foi uma de suas primeiras batalhas políticas, uma vez que tal atitude provocara o então mandatário do Ceará, Nogueira Accioly, o qual se sentira desmoralizado frente o feito realizado por Rodolfo Teófilo, acirrando os ânimos entre ambos e culminado com sua derrocada pessoal enquanto professor do Liceu do Ceará.

Além desta atitude sanitaria, o desafeto político à Nogueira Accioly, acirrava-se ainda mais através das reiteradas críticas ao regime político de Accioly, materializadas em sua obra literária e nas publicações periódicas como integrante do movimento denominado de Padaria Espiritual¹.

¹ Movimento artístico literário que abrigava intelectuais da época os quais reuniam-se periodicamente para a confecção de um jornal de divulgação de ideias culturais, denominado *O Pão*, o qual tornou-se, para além da literatura, um símbolo de resistência política e ideológica da época, sobretudo contra as oligarquias vigentes, tendo como um de seus expoentes, Rodolfo Teófilo. Fonte: CARDOSO, Gleudson Passos. **Padaria Espiritual**: biscoito fino e travoso. Museu do Ceará, Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

Motivado por essas razões, surge um litígio histórico de cunho político entre o Governo Accioly e Rodolfo Teófilo, tendo como pano de fundo a reforma educacional republicana no Liceu do Ceará. O professor Rodolfo Teófilo é perseguido e execrado pelo Governo Aciolino através de atos institucionais constitucionalmente discutíveis, sob a égide de uma suposta reforma educacional adequada aos moldes do Ginásio Nacional.

Sobre o ocorrido, nos baseamos no relato de Rodolfo Teófilo, publicado em livro sob o título **Violência**: Lyceu do Ceará, no ano de 1905. As evidências ali reunidas mostram que o que se viu foi o descaso puro e simples com a educação, sobretudo com o ensino das ciências, devido a conchavos políticos de bastidores bastante eficazes para a manutenção do *status quo* de um governo considerado paternalista para com os seus aliados e extremamente ditatorial com os seus opositores.

O governo Accioly, motivado aparentemente pela proposta de reforma educacional, promove mudanças nas cadeiras ensino do Liceu do Ceará, permutando ou fundindo disciplinas, criando outras e contratando professores, a despeito do regimento interno; uma verdadeira dança das cadeiras, em termos políticos, se lido aos dias atuais.

A justificativa formal para tal descabro era moldar o Liceu à forma do Ginásio Nacional, porém, na prática, houve um tipo de interferência que trouxe prejuízos dolosos para as ciências naturais, a começar pela demissão do ocupante da Cátedra em Ciências, Rodolfo Teófilo, e a admissão em seu lugar de um professor sem formação específica. Nesse sentido, houve desrespeito ao servidor Rodolfo e claro descaso para com o ensino dessa matéria.

O Contexto Educacional da Época: Decretos e Atos

Quanto ao contexto histórico, a sociedade brasileira vivia a turbulência dos primeiros anos da República, muito embora as explicações para a necessidade de uma reforma educacional tenham sua gênese anos antes.

A tendência de inovação que se põe à sociedade da época é a implementação de uma escola renovada, capaz de promover um estudo ativo, uma nova forma de entender o processo de escolarização. Para Nagle (1974), essa tendência se dá a partir do final do Império quando as novas ideias acerca da criança e de sua aprendizagem começam a fazer coro no cotidiano da escola brasileira.

Alguns instrumentos legais aqui merecem destaque no sentido de se entender qual o padrão do pensamento nacional e local quanto à educação:

O Decreto n. 891 de 8 de Novembro de 1890, o qual aprovava a regulamentação da instrução primária e secundária do Distrito Federal, sob batuta do então General Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório da república brasileira, nesse período, *República dos Estados Unidos do Brazil*.

Tal Decreto, intitulado de Reforma Benjamin Constant, devido o mesmo ser à época general de brigada e Ministro dos Negócios e Instrução Pública, regulamentava o modelo educacional vigente normatizando, entre outras categorias, o princípio geral da instrução primária e secundária, o funcionamento escolar, o currículo das instituições, a proposta pedagógica e a contratação e remuneração dos professores.

O modelo pedagógico proposto ressaltava um ensino higienista, cientificista e com forte apelo para a formação diferenciada de homens e mulheres, propondo em linhas gerais:

Art. 24. O Governo manterá na Capital Federal um estabelecimento de ensino sob o nome de *Pedagogium*, destinado a offerecer ao publico e aos professores em particular os meios de instrucção profissional de que possam carecer, a exposição dos melhores methods e do material de ensino mais aperfeiçoado.

§ 1º O *Pedagogium* conseguirá seus fins mediante:

A boa organização e exposição permanente de um museo pedagogico; Conferencias e cursos scientificos adequados ao fim da instituição; Gabinetes e laboratorios de sciencias physicas e historia natural; Exposições escolares annuaes; Direcção de uma escola primaria modelo; Instituição de uma classe – typo de desenho e de uma officina de trabalhos manuaes; (Decreto n. 891 de 8 de Novembro de 1890).

O Regulamento da instrução primária de 1905 é outro documento a ser considerado, aprovado no governo de Accioly, apresenta grande abrangência, versando sobre diversos temas pertinentes à educação e sua regulamentação.

Em linhas gerais, é válido ressaltar a intenção em normatizar o papel do Estado e da sociedade civil neste regulamento, quando se observa uma nítida intenção de atribuição de responsabilidade à família e isenção do Estado na atribuição do dever da educação.

O Regulamento expõe como responsabilidade dos conselhos escolares o cumprimento de dever de obrigação do ensino, trazendo nos Art. 106 a 108, severas punições aos pais pelo não cumprimento do mesmo, sendo omissos quanto à participação do poder público nesta esfera de responsabilidade, isentando o Estado de sanções.

Apresenta inovações válidas ao processo educacional como a proibição de castigos corporais, implantação de meios disciplinares brandos, como a advertência e suspensão; e

traz um diferencial educativo quanto implementa e regulamenta as bibliotecas e museus escolares.

Na contramão da proposta pedagógica, também apresenta retrocessos, sobretudo do ponto de vista da atividade docente. Categoriza as escolas de acordo com a localidade das mesmas gerando com isso uma forma de gratificação variável e arbitrária, prática que asseguraria ao governo a manutenção de paternalismo aos aliados governistas.

Uma classificação arbitrária, baseada no desenvolvimento do local: escolas da cidade e do interior ou periferia, sem levar em conta que o trabalho escolar era o mesmo, o horário e as disciplinas ensinadas idênticas, criava injustiças, concedendo privilégios a uma professora na mesma cidade e às vezes, na mesma rua, percebendo vencimentos de 50 a 60% superiores à outra sua vizinha, menos sobrecarregada de trabalho escolar. A docente, situada no sertão, era muito mais sacrificada do que a lotada na capital. Além de se privar das comodidades ainda pagava o tributo de um custo de vida mais elevado que na metrópole (Op. cit. p. 108).

Vê-se, portanto o Regulamento de 1905 com um forte apelo legislativo o qual surge com uma intenção normativa que traz vantagens pedagógicas, porém com normas que poderiam ser utilizadas na justificativa das práticas despóticas.

Outros regimentos e regulamentos sucederam o desenvolvimento da história educacional do Ceará, entretanto, a fim de focalizar o caso do litígio havido entre o Governo Accioly e o professor Rodolfo Teófilo, é bastante descrever até o regulamento de 1905, porque, a partir desta regulamentação é possível entender as entrelinhas normativas que estavam em vigor, onde o Estado é considerado co-responsável pelo processo educacional, porém a sociedade civil é a imputada das sanções, os professores têm sua ação regulamentada, entretanto, há brechas legislativas que permitem o controle estatal sobre a categoria docente; em linhas coloquiais o Governo Aciolino dava seu recado: “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

Avesso a essas e imposições e autônomo por natureza, encontra-se Rodolfo Teófilo, um farmacêutico, considerado um homem taciturno, inteligente e independente em seu pensar, iniciando-se aí o litígio do intelectual com o Estado, em oposição à reforma educacional do Liceu na visão de Accioly ou a Pseudo-reforma, assim denominada por Rodolfo Teófilo.

Política Aciolina no Liceu do Ceará: Reforma ou Despotismo?

“Não há que deferir”, assim começa e termina um dos mais intrigantes litígios políticos vivenciados no contexto educacionais cearenses com base em dois pontos de vista: 1) a governista, com uma reforma educacional do Liceu que o enquadraria nos

moldes do Ginásio Nacional; 2) para o professor de ciências naturais, Rodolfo Teófilo, tratava-se de uma saga de eventos reacionários de um governo autocrata e clientelista, que ele intitulou de pseudo-reforma.

Para entender esse processo recapitulemos os atos:

O Liceu do Ceará era à época uma renomada instituição de ensino estatal, faziam parte de seu corpo docente, catedráticos, pessoas de alta idoneidade e prestígio social, considerados elite intelectual formadora. Para fazer parte desse seleto elenco havia normas e regimentos estatais, que conferiam cargo de professor por meio de concurso público.

O regulamento do Liceu dizia:

Art.56. O provimento effectivo em qualquer das cadeiras do Lyceu far-se-há mediante concurso, excepto a de desenho, que será provida pelo Presidente do Estado. Art. 57. Verificada a vaga de uma cadeira, será o concurso annunciado pela Directoria, que marcará para inscripções, o praso de sessenta dias em edital publicado pela imprensa (TEÓFILO, 1905, p. 11).

Entretanto, apesar de o Liceu constar no rol das instituições afamadas, havia a necessidade dele ajustar-se às normas da educação nacional, portanto fazia-se necessário uma reformulação de equiparação ao Ginásio Nacional.

Esta equiparação pode ser lida aos dias de hoje como sendo uma adequação à normas e diretrizes: equiparação curricular, normatização de carga horária, modernização estrutural, enfim, atos que constituíam uma melhoria da escolarização e da formação.

Porém, como denuncia o próprio Rodolfo Teófilo em sua obra *Violência* de 1905;

[...] a actual reforma do Lyceu do Ceará não teve por fim melhorar o ensino, mas a collocação de parentes do Sr. Presidente do Estado e de seus filhos [...] reformar um estabelecimento de instrucção, entende-se alterar seu programma de ensino, augmentar ou diminuir o número de suas disciplinas, modificar seu regulamento. O que se fez em nome de reforma no Lyceu do Ceará foram as nomeações [...] (TEÓFILO, 1905, p. 4-5).

A partir da análise documental dos atos oficiais do Estado, publicados no *Jornal Oficial* de 05 de Maio de 1905, constata-se que assim se deu a reforma posta pelo governo:

Actos Officiaes.

Lyceu do Ceará.

O governo resolveu por acto de hoje:

Transferir o Dr. Antonio Epaminondas da Frota, da cadeira de inglez para a de Geometria; transferir o coronel Guilherme Moreira da Rocha da cadeira de francez para a de inglez; transferir o coronel José Pompeo Pinto de Accioly da cadeira de geometria para a de francez; nomear para a cadeira de arhithmetica e álgebra, Claudemiro Julio de Andrade Figueira; [...] designar o pharmaceutico Rodolfo Marcos Theophilo para reger a cadeira de lógica [...]” (TEÓFILO, 1905, p. 7-8).

Percebe-se dessa maneira o ato espúrio promovido pelo governo do Estado na pessoa do seu Presidente, Nogueira Accyoli, fazendo uma pequena digressão a título de tentar uma explicação para um ato.

Rodolfo Teófilo publica uma de suas maiores obras, *A Fome*, um romance de denúncia social que retrata a desolação vivida pelo povo do Ceará vitimado pela seca de 1877, a partir daí envereda de vez nas causas populares e nos anos seguintes abraça a causa higienista do Estado, inaugurando um vacinogênio em sua residência, onde fabricava e aplicava vacinas contra a varíola.

A grande questão é que sua luta é deliberadamente política, pois a medida que imuniza a população, demonstra a fragilidade do Estado. Este fato culmina com a publicação de um artigo em 1901, no jornal *A República*, onde Rodolfo comemora a imunização de 3585 pessoas², um feito e ao mesmo tempo uma denúncia de inoperância estatal.

Foi a gota d'água, a partir daí Rodolfo sofre perseguições e injúrias, suas intenções e a eficácia de sua vacina são colocadas em xeque. Talvez este episódio seja o estopim para a trama vingativa do governo Accioly, que iria dar o troco anos depois sob o pretexto da reforma educacional.

O desafeto de Accyoli e Rodolfo torna-se tão visceral que na confecção da reforma do Liceu é implementado no regulamento um novo artigo, segundo o qual caso um professor fosse designado para reger uma disciplina e se recusasse sofreria a sanção da perda dos vencimentos.

Além disso, já estava normatizado que se o professor nomeado não assumisse a disciplina em 60 dias tal atitude seria reconhecida como renúncia do cargo. Como Rodolfo, notadamente preparado para o ensino de ciências, através da disciplina de mineralogia, geologia e meteorologia, a qual foi denominada pós-reforma de ciências naturais, recusou-se a reger a disciplina de lógica, foi desligado dos quadros do Liceu através do seguinte veredicto da justiça: *não há de deferir*.

E assim termina a saga judicial contra um professor cujo reconhecimento público e a formação específica o credenciava para o ensino das ciências e que por capricho e querela política, foi designado para reger uma disciplina para a qual não tinha sequer formação.

² Este fato fora contestado desde sua publicação, acreditando-se hoje, que tenha sido aproximadamente 2000 pessoas. Fonte: NETO, Lira. **O poder e a peste**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1999.

Conclusão: a (Pseudo)Reforma e sua sentença: o Ensino de Ciências em segundo plano

Após esse ensaio, que apesar de trazer um texto próximo à versão romanesca de cunho policial, consiste em uma narrativa historiográfica da qual se pode inferir, a partir de uma reflexão partidária a Rodolfo Teófilo, que desde os primórdios da educação e das instituições os interesses políticos superam os anseios da educação.

A partir na análise semiótica das narrativas do professor Rodolfo Teófilo, percebe-se a antítese das práticas institucionais, as quais, apesar de balizadas por um arcabouço político-institucional, como no caso do Decreto Benjamim Constant de 1980, do qual se extrai aspectos formais e rigorosos em torno de uma educação eclética e formadora de cidadãos adequados à cultura da época, na qual era superlativo uma formação enciclopédica de rigor formal e de cunho conceitual clássico, com ênfase para uma formação global, traz em suas entrelinhas os condicionantes políticos, representados por ações despóticas e desprovidas de foco na plena gestão educacional pública.

Sendo assim, trazendo o recorte a partir do ensino de ciências praticado no Liceu do Ceará, o qual deveria ser um dos focos do desenvolvimento local e mola mestra na formação de um cidadão reflexivo e consciente, percebe-se que o mesmo foi delegado a um plano inferior, a fim de atender não ao interesse coletivo, mas aos conchavos político-ideológicos.

Sendo assim, encerram algumas questões: que tipo de ensino de ciências deve ter sido promovido após esse embate? Tal atitude, chancelada pelo poder administrativo de um oligarca, influenciou a crise do Liceu anos depois? Quantos conflitos como esse ainda ocorreram em nossas escolas, sobretudo durante períodos ditatoriais e de cerceamento?

Em cima desses questionamentos suscita-se que na verdade a história presenciara, pelo menos na disciplina de ciências naturais, exposta aqui através dos resgates da memória do Professor Rodolfo Teófilo, uma pseudo reforma, uma vez que, na contramão do bom senso e das ações pedagógicas mais pertinentes, um professor especialista e de formação apropriada para os parâmetros de ensino da época, fora subjugado e execrado com mera finalidade política.

Dessa forma, independente das respostas para essas elucubrações, até porque, as prováveis respostas para esta celeuma vão muito além do objeto em questão, fazem-nos refletir a partir de um contexto historiográfico, o quanto as decisões do cotidiano escolar,

em vez de serem tomadas à luz do consenso didático, por razões alhures, são tomadas e gerenciadas em gabinetes.

Sendo assim, cabem aos educadores, estudantes e cidadãos, mesmo que soando clichê, fixar os olhares no passado, afinal, a compreensão dos fatos históricos norteia as ações de construção presentes e possibilita uma análise prospectiva, afinal, educação, ciência e cidadania não interessam aos regimes totalitários, pois se há algo que empodera o cidadão comum é o ato educacional.

Contrário a toda essa saga de atos e decretos persecutórios, o ato educacional verdadeiramente edifica, constrói e emancipa. Além disso, em uma análise mais estanque, é possível refletir que o cenário político e institucional na seara da educação, é uma ação historicamente construída a partir de uma dialética comum ao universo das ações humanas.

Não basta o investimento em uma estrutura de poder laico, a partir de decretos, atos e regulamentos legais, ao contrário, é preciso que as ações de gestão, de execução e de planejamento, quer no âmbito das escolas, quer no âmbito do estado, estejam interligadas e que estejam acima de tudo em favor e de uma educação plena e com o objetivo de garantir à população e à Administração pública, a ruptura com interesses de cunho pessoal, político, partidário ou mesmo escusos aos interesses da população.

Referências

CARVALHO, Laerte Ramos de. A educação brasileira e a sua periodização. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 2, p. 131-135, 2012.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da reforma educacional de 1922 no Ceará**. UFC Edições, 2000.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. **Constituições do Estado do Ceará: 1881 e 1882**. Apresentação de Paulo Bonavides. Fortaleza: Jurídica, 1984.

_____. Decreto n. 171 – de 23 de Março de 1891. **Determina que os professores das escolas do Estado expliquem aos alunos o assumpto dos dias de festa nacional, e manda que seja obrigatória a leitura da Constituição nas mesmas escolas**.

_____. **Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará**. Expedido em 13 de março de 1905, Pelo Presidente Exmo. Sr. Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly.

_____. **Regimento interno das Escolas Públicas do Ensino Primário**, 1915.

_____. Lei n. 1953, de 02 de agosto de 1922. **Dispõe sobre a Instrução Pública do Estado**.

ANDRADE, Francisco Ari de **POLÍTICA, LEGISLAÇÃO E REFORMA DO ENSINO IMPERIAL: um olhar a partir da experiência da Província do Ceará (1834-1844).**

NETO, Lira. **O poder e a peste: a vida de Rodolfo Teófilo.** Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** Pedagógica e Universitária, 1974.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 114, p. 179-195, 2001.

SILVA, Benedito. **Rodolfo Teófilo.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

SOMBRA, Waldy. **Rodolfo Teófilo**, varão benemérito da pátria. 1997. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto. Prefeitura Municipal de Maracanaú.

TEÓFILO, Rodolfo. **Violência:** Lyceu de Ceará. Fortaleza: Fac-similar, 1905.

Recebido em: 22.05.2014

Aceito em: 13.03.2015129